



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº. 516 / 2021.

AUTORIA: Deputado Angelus Figueira e Deputado Prof. Sinésio Campos

Altera, o caput do art. 4º da Lei nº 5.422 de 17 de março de 2021 que “Dispõe sobre a concessão de crédito e dispensa de Licenciamento Ambiental para atividades agropecuárias e de aquicultura, previstas nos artigos 6º e 7º da lei nº 3.785, de 24 de julho de 2012 e classificadas pela Portaria IPAAM nº 88, de 11 de maio de 2020, como de pequeno potencial poluidor e degradador, quando exercidas por agricultores familiares, enquanto vigorar a declaração do estado de calamidade pública, na saúde pública do estado do Amazonas”.

Art. 1º. Fica alterado o caput do art. 4º da Lei nº 5.422 de 17 de março de 2021 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 4.º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de março de 2022, ou enquanto vigorar a declaração do estado de calamidade pública, na saúde pública, no Estado do Amazonas.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de outubro de 2021.

Angelus Figueira
Deputado Estadual – DC

Prof. Sinésio Campos
Deputado Estadual – Líder do PT/AM





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

Com a pandemia ocasionada em virtude do vírus do Covid-19 muitos seguimentos de nosso estado foram afetados, em especial o setor primário. No interior os agricultores familiares sofreram para manter seus negócios firmes e operantes, entretanto houve grandes dificuldades para se manterem equilibrados tanto financeiramente quanto legalmente.

Em março de 2021, esta Casa aprovou o projeto de lei que deu origem à Lei nº. 5.422/2021. Esta trouxe um alívio momentâneo à aflição dos agropecuaristas e aquicultores do interior de nosso estado. Foram atendidas, aproximadamente, 2700 projetos pela AFEAM.

Entretanto, a Lei encontra-se em turbulência, sua vigência está atrelada apenas ao Estado de Calamidade Pública do Amazonas, pois o seu art. 4º ordena que sua vigência fosse em 30 de junho de 2021, ou enquanto perdurar o estado de calamidade pública.

A presente propositura tem como objetivo a alteração da vigência da Lei nº. 5.422/2021 para que possa ser estendida para 31 de março de 2022, ou enquanto perdurar o estado de calamidade pública na saúde do Estado do Amazonas.

A prorrogação do prazo é de suma importância para os agricultores familiares do interior do nosso estado. Muitos ainda se encontram com grandes dificuldades para se estabilizarem. A prorrogação da validade da Lei dará a oportunidade de mais agricultores serem beneficiados com a obtenção de financiamentos e a segurança de poder exercer sua função apenas com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Ressalta-se que a referida propositura não acarreta ônus aos cofres públicos e muito menos atribui novas funções ao Governo do Amazonas. Pois estas atividades já são previstas e executadas pela máquina estatal. A Lei n. 5422/2021 desburocratiza o trâmite para que o agricultor familiar possa exercer sua atividade apenas com o CAR e, conseqüentemente, poder ser beneficiado com a obtenção de financiamentos. A propositura apresentada apenas prorroga a vigência da Lei para o dia 31 de março de 2022.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS

Diante de tudo que foi exposto e preocupados com a situação dos nossos agricultores que mais necessitam de insumos para recomposição de seu fator de produção, rogo aos meus pares a aprovação deste Projeto de Lei, para que assim possamos dar todo o suporte necessários para os cidadãos do Amazonas.

**PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS**, em Manaus, 07 de outubro de 2021.

Angelus Figueira
Deputado Estadual – DC

Prof. Sinésio Campos
Deputado Estadual – Líder do PT/AM





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

SINESIO DA SILVA CAMPOS - DEPUTADO(A) - EM 07/10/2021 15:58:12
ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - DEPUTADO(A) - EM 07/10/2021 15:39:36



Documento 2021.10000.00000.9.038989
Data 07/10/2021



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2021.10000.00000.9.038989

Origem

Unidade: DEP. ANGELUS CRUZ FIGUEIRA
Enviado por: ANGELUS CRUZ FIGUEIRA
Data: 08/10/2021

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: AMANDA SUSANE GOMES MOTA

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.